

Plataforma Cívica “Convergência Pela Cultura”



CONVERGÊNCIA PELA
CULTURA

Constituída pelas organizações formais e informais: Vigília Cultura e Artes; P'la Arte; Movimento dos Profissionais de Espectáculos e Eventos; Associação Nacional para a União das Artes; Grupo Programadores Culturais; Art Institute; Razão D'Arte; Movimento dos profissionais das Artes Performativas; Dança em Diálogos; Associação de Defesa dos Trabalhadores Independentes. Com o apoio da Associação Portuguesa de Festivais de Música; Ten_Tart Grupo de Teatro; Confederação Portuguesa de Teatro (Amador); Artistas Circenses

Carta dirigida à Comissão Parlamentar de Cultura e Comunicação

Sessão de dia 15 de Setembro de 2020 as 15h00.

Exmos Senhores

O País está fragilizado e a Cultura está em crise.

Uma crise alavancada, à semelhança do que acontece noutros sectores de actividade, pelos constrangimentos associados à pandemia.

Porque a crise da Cultura é fruto de décadas de apatia e falta de interesse dos diferentes Governos em investirem seriamente neste sector, o que potenciou, no contexto pandémico actual, no desespero de grande parte dos seus agentes.

E a gravidade da conjuntura adensa-se a cada hora enquanto esperamos por medidas do Governo que nunca chegam, ou que são deturpações de soluções sem nexos, desprovidas de conhecimento, fruto de uma falta de vontade de reunir com os representantes do sector.

Nos últimos tempos, temos assistido a anúncios recorrentes de medidas avulsas, tomadas com propósitos propagandísticos, sem intenções estruturais, sendo que a Cultura continua a ser um repositório de genuínos cães de fila, premiados regularmente pelos governantes com esta pasta, como compensação pelos anos de lealdade que foram acumulando.

Ciclicamente sub orçamentada, a Cultura produz riqueza económica e emprega milhares de pessoas, no entanto, apesar de produzir significativamente para o PIB nacional, o seu tecido laboral possui fragilidades enormes mas vive refém de interesses superficiais, que diminuem a sua real importância e não a identificam como um genuíno sector económico.

E a Cultura não pode ser gerida governamentalmente por “Boys” do sistema e por políticas de gabinete que recorrentemente produzem nados mortos.

Tem que ser gerida por quem entende o sector e faz parte dele.

Deve ser gerida por quem compreende as suas dinâmicas específicas e por quem a vive intensamente,

E o senhor Primeiro Ministro não compreende a Cultura, não a conhece, e não pode ausentar-se da responsabilidade que possui pelas nomeações que faz, pelas pessoas que escolhe, pelas orientações que dá e sobretudo pelo reconhecimento de uma cultura operacional que não possui.

Porque os problemas do sector não se resolvem com demagogia, mas sim com reformas estruturais, não se resolvem com equipas de trabalho que não produzem mas sim com profissionais competentes e dedicados.

O que está mal é tudo.

E a gestão da tutela é disso uma prova viva.

Muitos anos de orientações adquiridas na sombra dos mesmos corredores políticos do senhor Primeiro Ministro.

Muitos anos de desresponsabilização do senhor Primeiro Ministro, que não pode estar isento se não reconhecer que a nomeação que fez para a Cultura foi um colossal erro de casting. Muitos erros de interpretação de responsabilidades políticas que deveriam ter sempre em consideração que a arrogância e a prepotência não são a melhor forma de lidar com os problemas e que nenhum cargo é insubstituível.

Para se compreender a Cultura, é fundamental anular o estigma associado à irresponsabilidade e à subsidiodependência, que ao longo dos anos tem sido ciclicamente promovida para ludibriar a sociedade civil e a opinião pública.

Não é possível continuarmos a assistir ao modo como o Governo se tem desresponsabilizado relativamente a problemas que não são exclusivos da Cultura e que só podem ser resolvidos com uma verdadeira concertação de vários Ministérios, como o da Economia, das Finanças, da Segurança Social, do Trabalho e Solidariedade Social e da Educação.

Não é possível continuarmos a assistir à propaganda artificial de uma retoma cultural, que não é representativa da realidade que se vive no sector.

Porque temos pessoas com fome, com ordens de despejo das suas casas, com acções de penhora por dívidas à autoridade tributária, pessoas desprotegidas, famílias destroçadas, gente com medo de um futuro que se avizinha mais difícil para a economia.

E é grave quando um Primeiro-ministro se afasta das pessoas depois de dizer que “ninguém pode ficar para trás”.

E a plataforma Convergência pela Cultura já lhe dirigiu um comunicado, de copo vazio, em conformidade com o vazio de respostas que a tutela nos deu.

É essa a razão que nos move e que nos traz aqui hoje.

Estamos unidos por uma plataforma que representa uma base alargada de todas as tipologias de profissões do sector, porque não temos, infelizmente, um Ministério da Cultura. E afirmamos que não temos um Ministério da Cultura porque ninguém nos ouve, ninguém nos representa.

Não temos um Ministério da Cultura porque ninguém respondeu aos manifestos que foram enviados há meses por grupos, formais e informais, de trabalhadores da Cultura, que solicitaram reuniões sem nunca terem sido ouvidos, todavia houve na tutela quem tentasse implementar algumas das medidas constantes desses manifestos sem terem compreendido que a sua eficácia depende sobretudo de uma verdadeira reforma estrutural, que lhes escapa por manifesta falta de visão do conjunto.

Queremos demonstrar que as nossas medidas propostas no manifesto que apresentámos aos órgãos de soberania, e que é público, não só não são extemporâneas como pretendem um aprofundamento sobre todas as questões que nunca foram devidamente resolvidas na Cultura.

Queremos demonstrar que apesar de vivermos com dificuldades enormes no nosso sector continuamos a contribuir com soluções, abertos ao diálogo, à concertação com todas as organizações formais e informais, porque é esse o nosso dever cívico e moral, de procurar servir o nosso País e o nosso modo de vida, porque a Cultura somos todos.

A História ensina-nos que todas as grandes crises necessitam de grandes investimentos, e o Governo tem a oportunidade de fazer algo que nunca foi feito para a reorganização dos trabalhadores da cultura, ouvindo o conhecimento dos intervenientes culturais que nunca foram recebidos pela tutela.

Invocar a necessidade de reformar estruturalmente a Segurança Social não é mais do que compreender que a política nacional deve ser mais inclusiva e voltada para as necessidades das pessoas, que os problemas financeiros que hoje se assumem mais graves do que a própria falta de trabalho, necessitam de respostas urgentes que não podem ser condicionadas por questões de elegibilidade.

Entendemos que a revisão e enquadramento dos Trabalhadores independentes urge sem demora, com a alteração dos modelos contributivos e anulação das desigualdades.

Que é vital podermos apresentar soluções efectivas para a recuperação das actividades culturais e que o associativismo merece ser revisto e salvaguardado, designadamente com a isenção do IVA em todas as actividades.

E é por isso que falamos em reformas estruturais.

Porque a pandemia não pode ser uma desculpa para a inacção, mas sim uma oportunidade para aprendermos a resolver os problemas que nos afectam e a criar soluções e mecanismos transparentes de regulação a par com a evolução dos meios, com a criação da marca Cultura, como sinónimo de uma nova orientação estratégica nacional, para benefício da nossa identidade cultural e da afirmação da nossa soberania.

Cultura Somos Todos.

Plataforma Cívica Convergência pela Cultura



CONVERGÊNCIA PELA
CULTURA